

Discursos sobre a Surdez: Deficiência, Diferença, Singularidade e Construção de Sentido¹

Cláudia Bisol²
Universidade de Caxias do Sul
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Tania Mara Sperb
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO - O objetivo deste artigo é discutir diferentes abordagens teóricas que têm orientado o estudo da surdez. Publicações dos campos da psicologia, psiquiatria, psicanálise, estudos surdos e teorias da narrativa são utilizadas como base para discussão. Os modelos clínico-terapêutico e socioantropológico, já tradicionais, são apresentados inicialmente e exemplificados por meio da questão da inteligência e da saúde mental. Em seguida, apresenta-se a crescente contribuição da psicanálise e das teorias da narrativa para a compreensão do sujeito surdo. Argumenta-se que essas duas perspectivas teóricas redimensionam a centralidade de alguns conceitos, contribuindo para ampliar a compreensão da surdez.

Palavras-chave: surdez; psicologia; psicanálise; estudos surdos; narrativa.

Discourses on Deafness: Disability, Difference, Singularity and Construction of Meaning

ABSTRACT - The objective of this article is to discuss different theoretical approaches that have guided the study of deafness. Publications in the fields of psychology, psychiatry, psychoanalysis, deaf studies and theories of narrative are used as basis for discussion. The clinical-therapeutical and socio-anthropological models, now traditional, are initially presented and exemplified through the questions of intelligence and mental health. After that, the increasing contribution of psychoanalysis and the theories of narrative for the comprehension of the deaf subject is presented. It is argued that these two theoretical perspectives resize the centrality of some concepts, contributing to expand the comprehension of deafness.

Keywords: deafness; psychology; psychoanalysis; deaf studies; narrative.

Ricoeur (1983/1994) afirma que “se uma ação pode ser narrada, é porque ela já está articulada em signos, regras, normas: é, desde sempre, simbolicamente mediatizada” (p. 91). Os discursos produzidos no campo das ciências são também marcados, desde sempre, pela racionalidade do momento social e histórico no qual são produzidos. Nesse sentido, a psicologia não está e nem poderia estar imune ao que se observa nas demais áreas que se dedicam ao estudo da surdez. Quais são os discursos que marcam o lugar a partir do qual se fala sobre a surdez?

Dois grandes modelos podem ser facilmente reconhecidos, pois a literatura da área se dedicou amplamente, nos últimos anos, a demarcar as diferenças entre a perspectiva clínico-terapêutica (para a qual a noção de deficiência é central) e a concepção socioantropológica de surdez (baseada na noção de diferença). Este artigo iniciará com uma retomada dos principais pressupostos desses modelos tomando, como exemplo, dois temas importantes para a psicologia: a inteligência e a saúde mental. Porém, já há uma década atrás,

na área da educação dos surdos, Skliar (1998) chamava a atenção para a necessidade de uma reflexão e desconstrução dos usuais contrastes binários tradicionais que marcam as metanarrativas sobre a surdez. As perspectivas clínicas ou sociantropológicas são, para esse autor, simplificações didáticas, devendo-se buscar “os matizes, os espaços vazios, os interstícios, os territórios intermediários que não estão presentes nesses modelos, mas que transitam, flutuam entre eles, como, por exemplo, as significações linguísticas, históricas, políticas e pedagógicas” (p. 9). A psicanálise e os estudos da narrativa são perspectivas apresentadas e discutidas como possibilidades teóricas de pensar outros pressupostos e produzir contribuições interessantes para todas as áreas que se ocupam do tema da surdez.

Deficiência vs. Diferença

“Pessoas surdas têm uma deficiência?” é o título provocativo de um texto publicado recentemente por Harlan Lane (2008). “Claro que sim” seria, segundo o autor, a resposta largamente difundida no senso comum, baseada na definição de que uma deficiência existe quando há um desvio, falta, falha ou imperfeição. Dentro desse raciocínio, as pessoas surdas têm uma deficiência pois lhes falta ou está prejudicado o sentido da audição.

1 Este estudo contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Universidade de Caxias do Sul.

2 Endereço para correspondência: Rua Nico Pires, 1186, apto 31C. Caxias do Sul, RS. CEP 95013-310. Fone: (54) 8119 9909. Fax: (54) 3222 3545. E-mail: cabisol@ucs.br.

A medicina e a psicologia desempenharam um papel importante no fortalecimento do entendimento do que seja a surdez, pois contribuíram para que padrões de normalidade fossem estabelecidos para praticamente todas as dimensões da vida humana. Como diz Davis (1995):

Nós medimos a inteligência, o colesterol, o peso, a altura, o desejo sexual, as dimensões do corpo através de uma linha conceitual que vai do subnormal ao acima da média ... Provavelmente, não há área da vida contemporânea em que alguma idéia de norma, média ou padrão não tenha sido calculado. (p. 23)

Com a ideia da norma, institui-se simultaneamente o desvio – aquele que se encontra nas extremidades da curva normal e que faz parte, portanto, de uma minoria. Nessa concepção, a criança ouvinte representa a criança normal, o referencial para se tentar compreender a criança surda, que passará a ser retratada, na maior parte do tempo, como alguém que está ‘a menos’ em relação ao modelo. Colin (1980) afirma: “As crianças com surdez profunda assumem com êxito certas tarefas intelectuais, porém geralmente com um nível inferior ao dos ouvintes” (p. 5).

Operando nessa lógica da surdez como deficiência está o que se convencionou chamar de modelo clínico-terapêutico de surdez (Skliar, 1997). O direcionamento dado por profissionais da saúde e da educação se centra na reabilitação: a perda auditiva traz consequências ao desenvolvimento psicossocial do surdo, diminuindo consideravelmente sua capacidade de adaptação social. Deve-se tentar a cura do problema auditivo (implantes cocleares, próteses) e a correção dos defeitos da fala por meio da aprendizagem da língua oral.

O pressuposto de que a comunicação deva se dar pela via oral perpassa esse tipo de entendimento a respeito do desenvolvimento da criança surda. Muitos autores afirmam, como Colin (1980), que a criança surda está privada de meios naturais de comunicação, isto é, de elementos favoráveis à socialização, o que explicaria o desenvolvimento de uma vida marginalizada. A importância dada à audição e à fala leva a afirmações do tipo: “Os surdos chegam a articular os significantes e significados **concretos**, multiplicando as associações entre os vocábulos, os objetos ou as situações, mas **têm muitas dificuldades para as associações de tipo abstrato**” (Colin, 1980, p. 3, grifos da própria autora).

Meadow-Orlans (1990) parte de uma perspectiva semelhante para falar do desenvolvimento psíquico da criança surda. Para ela, a capacidade reduzida para a comunicação tem um impacto direto em todas as áreas do desenvolvimento humano, portanto, não é de se estranhar que muitas crianças e adolescentes surdos demonstrem dificuldades comportamentais ou retardos no desenvolvimento. Em pesquisa recente, Schlesinger (2000) tece considerações sobre o desenvolvimento psicossocial de bebês surdos propondo que eles seriam mais quietos e levemente mais passivos do que os bebês ouvintes, tenderiam a não buscar tão ativamente o ambiente e estabeleceriam com os pais um padrão de trocas menos intenso, necessitando de uma variedade maior de estímulos visuais. Outra pesquisa recente (Hindley, 2005) descreve a vulnerabilidade das crianças surdas a atrasos significativos no desenvolvimento de habilidades metacognitivas (capa-

cidade de entender que as outras pessoas pensam e sentem diferentemente) e a pouca compreensão e reconhecimento de emoções em função do vocabulário emocional significativamente reduzido.

Nesses estudos, a ênfase está nos efeitos da restrição das experiências de linguagem no desenvolvimento global do surdo. A surdez é utilizada para comprovar a tese de que o pensamento não se desenvolve sem linguagem, e esta linguagem é compreendida, basicamente, como linguagem oral (Góes, 1999). É interessante observar, porém, que ao mesmo tempo em que muitas pesquisas em psicologia reforçam a visão do surdo como deficiente, há autores que desde muito tempo não compartilham desse viés. Altshuler (1977), por exemplo, afirmava que:

As tarefas que [a criança surda] deve superar no começo não diferem substancialmente das que enfrentam as outras crianças e, se bem que a surdez afeta as experiências da vida, não limita sua inteligência nem sua capacidade de resposta emocional, e de desenvolvimento e maturação normais. (p. 51)

Também é esse o caso de um importante artigo publicado originalmente em 1965, no qual McCay Vernon analisou 50 estudos comparativos de inteligência realizados desde o início do século XX. O autor concluiu que os surdos são um grupo altamente heterogêneo e possuem um nível de quociente de inteligência aproximadamente igual ao dos ouvintes (Vernon, 1965/2005).

Aos poucos, outros pressupostos deram lugar a olhares que não tomam a deficiência como ponto de partida. Na década de 1970, ganhou força o modelo cultural de surdez, também conhecido em nosso meio como modelo socioantropológico. Foi construída uma área de estudos chamada *Deaf Studies* (Estudos Surdos), que se dedica a pensar os conceitos de identidade, cultura, poder e linguagem. Segundo Bauman (2008), o modelo cultural surgiu na esteira das lutas por direitos civis na década de 1960, conduzidas por mulheres, afro-americanos, povos indígenas, gays e lésbicas, e pessoas com deficiências. O modelo socioantropológico propõe que a surdez seja vista como uma diferença cultural que seria basicamente análoga a de outras minorias étnicas e linguísticas. Perlin (2004) explica a chamada “virada cultural”:

A virada cultural torna-se visível com as transformações, como a pedagogia de surdos, o atual ensino de língua de sinais, a existência do professor de língua de sinais e do professor surdo, as pesquisas de surdos, os pesquisadores surdos, o modo de vida das famílias surdas, o estilo de vida surda, o aumento de mulheres surdas que residem sozinhas. (p. 78)

Ser Surdo (com “S” maiúsculo) é reconhecer-se por meio de uma identidade compartilhada por pessoas que utilizam língua de sinais e não vêem a si mesmas como sendo marcadas por uma perda, mas como “membros de uma minoria linguística e cultural com normas, atitudes e valores distintos e uma constituição física distinta” (Lane, 2008, p. 284). A distinção em termos de constituição física pode ser entendida em um sentido positivo ao invés de ser automaticamente compreendida como perda, como ocorre

em uma sociedade ouvintista³. Em seu sentido positivo, reconhece-se que surdos sinalizadores fluentes desenvolvem uma capacidade maior de se relacionar visualmente com o mundo no uso de sua língua, nas referências cotidianas, na arte e na literatura (Bahan, 2008). Um exemplo interessante para se compreender a importância da experiência visual das pessoas surdas pode ser visto na análise de poemas em língua de sinais, nos quais a visão está absolutamente em primeiro plano (Quadros & Sutton-Spence, 2006).

Por um outro viés teórico, como afirma Góes (1999), a retomada da teoria de Vygotsky a partir da década de 1980 também permitiu que novas interpretações fossem feitas para as discussões sobre cognição e linguagem. A linguagem passa a ser compreendida como instância de significação. O que importa é o uso efetivo de signos, independente do meio material utilizado. Por isso, “o desenvolvimento da criança surda deve ser compreendido como processo social, e suas experiências de linguagem concebidas como instâncias de significação e de mediação nas suas relações com a cultura, nas interações com o outro” (Góes, 1999, p. 37).

Nos estudos que avaliam especificamente a saúde mental dos surdos também se percebe com clareza a diferença nos resultados, dependendo se o pressuposto é o da deficiência ou da diferença. Hindley (2005), por exemplo, fala da prevalência de 40% de problemas mentais nessa população, o que representa uma estimativa de 1,5 a 2 vezes maior vulnerabilidade do que em crianças ouvintes. Numa posição mais cautelosa, Wallis, Musselman & MacKay (2004) consideram as dificuldades de definir a surdez, a imensa variabilidade de situações e a adequação dos instrumentos de avaliação utilizados para falar de um percentual que varia entre 8% a 61%. Resultados diferentes são descritos por outro grupo de pesquisadores:

Os estudos clínicos de pacientes psiquiátricos adultos indicam que as principais formas de psicopatias não são mais frequentes nas pessoas surdas que nas ouvintes ... As enfermidades mentais nos pacientes surdos mostram apenas modificações em sua apresentação e em sua forma, e parecem ser mais comuns os problemas de controle dos impulsos. (Altshuler, 1977, p. 60)

Pollard (1998) afirma que os diferentes quadros de doença mental ocorrem com frequência aproximadamente igual nas populações surda e ouvinte. Para esse autor, o acesso restrito a serviços de saúde, o despreparo dos profissionais e as dificuldades ocasionadas pelas diferenças culturais introduzem vieses nos processos de avaliação e levam à ocorrência de diagnósticos errados. Profissionais pouco familiarizados com crianças, adolescentes e adultos surdos podem estranhar e, conseqüentemente, patologizar a modalidade de comunicação do surdo, seus gestos, expressões faciais, toques e vocalizações. O diagnóstico de psicose pode ser especialmente difícil, pois muitos dos sintomas mais importantes de quadros

psicóticos podem ser percebidos por meio de alterações da linguagem (fluência e coerência verbais costumam ser sinais válidos de ausência de déficits orgânicos ou mentais em pessoas ouvintes). Pollard (1998) concorda com Vernon ao afirmar que a inteligência tem uma distribuição normal na população surda. A exceção pode se dar referente a quadros neurológicos levemente mais prevalentes nos casos em que a etiologia da surdez está associada a doenças de alto risco, como a meningite, por exemplo.

Bailly, Lenclave e Lauwerier (2003) também afirmam que a avaliação correta da saúde mental de crianças e adolescentes surdos é prejudicada pelas dificuldades linguísticas e pela dificuldade de estabelecer vínculo com a criança que não compreende a modalidade verbal de comunicação usada pelo profissional. A avaliação de sintomas psiquiátricos fica comprometida na medida em que muitos dos procedimentos de avaliação são verbais e foram padronizados para indivíduos ouvintes. Essas dificuldades podem explicar porque a prevalência geralmente descrita na literatura para doenças mentais em crianças e adolescentes surdos é em torno de 15% a 60% (observe-se que o intervalo citado pelos franceses difere do apresentado anteriormente, proposto por autores norte-americanos). Para esses autores, mesmo as descrições de que haveria uma prevalência entre os surdos de uma “personalidade primitiva” não confere com estudos mais cuidadosos que encontraram entre os surdos um padrão normal de funcionamento emocional.

Os dois modelos discutidos até agora geraram não apenas teorias e pesquisas, mas serviram de base para diferentes abordagens terapêuticas, de reabilitação e de educação dos surdos, e para o modo como a surdez passa a ser vista pela sociedade como um todo. São dois modelos tradicionais, porém que não podem ser tomados como absolutos. Não obedecem a uma ordem cronológica na qual um substitui o outro, não são tão fechados a ponto de não permitirem uma riqueza de perspectivas e um debate produtivo mesmo dentro de seus próprios domínios, e não encerram totalmente a questão da surdez. As perspectivas abordadas a seguir sugerem outras possibilidades interessantes.

A Singularidade

O interesse de psicanalistas pela questão da surdez tem introduzido, mais recentemente, uma perspectiva cujo foco das preocupações está na constituição subjetiva do surdo ou, dito de outro modo, em considerar o lugar que a surdez ocupa na estruturação da personalidade. A questão da identidade, comumente ligada à ideia de que haveria uma essência para o sujeito, algo de permanente ou pontos fixos de referência (preocupação frequente à perspectiva socioantropológica) não se coloca para a psicanálise. Uma explicação lacaniana é de que “não existe um significante que se represente a si mesmo e, portanto, nenhum significante, ou conjunto de significantes, que dê conta do sujeito” (Martins, 2004, p. 193).

O percurso freudiano não permite derivar uma psicopatologia da criança ou adolescente surdo. A escuta psicanalítica requer que nos apoiemos na singularidade das posições subjetivas, o que está distante de qualquer proposta que pretenda

3 A palavra “*audism*”, traduzida para o português por “ouvintismo”, foi cunhada por Tom Humphries em um ensaio não publicado datado de 1975. Refere-se às crenças, comportamentos, mensagens culturais e políticas e práticas institucionais que situam os ouvintes como superiores aos surdos, ou seja, um sistema de vantagem baseado na capacidade de ouvir (Bauman, 2004).

ser global, portanto prescritiva, acerca da psicologia do surdo (Meynard, 1993; Virole, 2001). Distancia-se da preocupação excessiva com a reparação ou cura de algo que seria um déficit a partir de um fato puramente orgânico, característico do modelo clínico-tradicional. Procura não reduzir o surdo a uma deficiência, aquilo que lhe falta, deslocando a questão da cura da surdez para o tratamento de um sujeito que, a partir de uma determinada situação, faz um sintoma (Martins, 2004; Solé, 2004).

Ao mesmo tempo, os psicanalistas propõem-se a pensar que a alteração de uma modalidade sensorial acarreta mudanças qualitativas na construção do eu. Perguntam-se sobre o lugar que a surdez ocupa na estruturação da personalidade:

Como ou em que medida a não-audição deixa sua marca na estruturação psíquica da criança surda, ou como pode ou não, ser metabolizada esta “falta” no psiquismo dos pais? Ou em que medida têm peso outros organizadores na vida deste bebê? (Schorn, 1997, pp. 56-57)

A resposta a essas questões tem enfatizado um super investimento no visual e uma erotização maior das regiões do corpo envolvidas com a língua de sinais ou com a leitura labial, ou seja, uma modificação no investimento libidinal dos outros sentidos, principalmente da visão (Nunes, 2004; Virole, 1996, conforme citado por Solé, 2004). Segundo Schorn (1997), a ausência de voz, para a criança surda, seria a não presença de olhos que lhe falem ou a não presença de mãos que conversem. A autora retoma as poucas menções que Freud faz à surdez para argumentar a favor de um outro tipo e qualidade de banho de linguagem, visual, olfativo e tátil, no qual a criança surda poderá estar imersa. Em 1916, em uma carta a Ferenczi, Freud diz que o pré-consciente está constituído, no caso dos normais, pela representação de palavra, mas que no caso dos surdos-mudos⁴ isso pode ser substituído por outra coisa (Schorn, 1997). Para Thoua (2003), a única condição para que o prazer de ver (ao invés do prazer de ouvir) seja o primeiro investimento da linguagem é a visibilidade do percebido. As línguas gestuais serão, para as crianças surdas, as línguas instituídas que circulam sem artificios e sem trabalho consciente, e que deixarão aberto o acesso à leitura e à escrita, como passagem de um sistema simbólico com suas leis, a outro.

Os obstáculos psíquicos colocados aos sujeitos surdos pela lesão fantasmática parental é outro foco de preocupação da psicanálise (Solé, 2004). A criança surda não consegue ocupar o lugar que seus pais (se os pais forem ouvintes) imaginavam que ela ocuparia. O primeiro momento crítico da vida de uma criança surda será, então, o do estabelecimento das relações afetivas precoces, quando a depressão comum ao recebimento do diagnóstico da surdez, manifesta ou mascarada, altera as trocas conscientes e inconscientes entre a mãe e a criança. Sob o plano psicopatológico, fala-se de uma situação de risco diante de dificuldades psicoafetivas importantes, geradas por hospitalizações, depressão parental pelo diagnóstico e atitudes excessivamente reabilitadoras. Situação grave seria aquela em que a criança e sua mãe não conseguiram avançar juntas em uma sinergia de trocas in-

conscientes, devido à “perda do sentimento natural de uma mãe que se vê aprisionada pelas representações reeducativas da surdez, ou por um excesso reparador, ou ainda por uma agressividade inconsciente contra a criança representante de seu mal-estar” (Virole, 2001, p. 7). Em suma, a partir da psicanálise afirma-se que “a surdez não impede a constituição do aparelho psíquico, mas convoca outros meios para que isso se dê” (Nunes, 2004, p. 65). Cada sujeito se constituirá psiquicamente de forma única e é a partir da escuta de sua singularidade que poderá ser aberto um espaço para o desejo que o anima.

A Construção de Sentido

Há cerca de três décadas, as ciências humanas têm se dedicado ao que antes era domínio dos estudos literários: a análise de narrativas. A história, a antropologia e o folclore, a psicologia, a sociolinguística e a sociologia são áreas que têm se debruçado sobre as narrativas a partir de diferentes aportes. Na intersecção entre biografia, história e sociedade, estuda-se as ações coletivas e individuais e o processo por meio do qual a vida social e as relações humanas são construídas e se transformam (Riessman, 2002). O universo público do discurso social e o universo privado estão ligados por um fluxo contínuo, num entrelaçamento constante entre as histórias que nós contamos e as histórias que nós ouvimos contar (Polkinghorne, 1988).

Entre o que se conta e o que se ouve contar estão as histórias sobre pessoas com deficiências ou que têm personagens deficientes. Shakespeare (2000) faz uma análise da literatura procurando delinear os principais traços que acabaram caracterizando o modo como a sociedade percebe a deficiência. Pessoas que são física ou mentalmente diferentes tendem a ser vistas como o “Outro”, o que as coloca na posição de anormal ou estranha. Um exemplo de estereótipo tipicamente explorado pela mídia e que exerce uma certa fascinação é o das histórias de triunfo sobre a tragédia, como as de Helen Keller e de Stephen Hawking, retratados como superdeficientes. Crianças e adultos aprendem sobre pessoas com deficiência em parte por meio de livros e filmes que continuam reforçando a separação entre corpos deficientes e não-deficientes (Shakespeare, 2000).

Porém, como diz Johnstone (2001), “deve-se reconhecer, nas pesquisas sobre deficiências, o princípio fundamental de que as pessoas que realmente conhecem melhor sobre a experiência da deficiência são as próprias pessoas com deficiências” (p. 120). Essa premissa abre espaço para o estudo das narrativas produzidas por pessoas cujos processos de construção de sentido e de identificação são altamente complexos, em função de pertencerem a grupos oprimidos ou marginalizados (Breivik, 2005). Os surdos são um exemplo disso e suas narrativas mostram como eles aprendem a viver sob condições especiais.

Ao analisar histórias escritas sobre a vida de pessoas surdas, Courser (1997) conclui que a maioria das narrativas se apresenta como um contradiscurso que desafia os estereótipos da deficiência como ausência, privação, tragédia ou falta. Muitas dessas histórias de vida não são autobiográficas. São relatos escritos por pais ouvintes de crianças surdas ou

4 Termo usado por Freud.

por filhos ouvintes de pais surdos. As autobiografias mais conhecidas em nosso meio talvez sejam a de Helen Keller (1902/1990) e a de Emanuelle Laborit (1993/1994). Porém, encontram-se também narrativas de pessoas que ficaram surdas quando adultas ou, então, cujo grau de surdez não é severo ou profundo. É um grupo que não se identifica com a cultura surda nem utiliza a língua de sinais (em língua inglesa, os chamados *hard-of-hearing*), e para quem a surdez é uma condição pessoal de desvantagem, um desastre.

Relatos autobiográficos de surdos, produzidos em língua de sinais, têm sido utilizados cada vez mais para estudar os processos de construção da identidade. Autores têm se utilizado, dentre outras, da vertente hermenêutica ou interpretativa, segundo a qual o exame de uma vida se dá pela operação de contá-la e as narrativas seriam utilizadas, cotidianamente, para tentar dar sentido ao fluxo dos acontecimentos (Squire, 2005). A questão da identidade é central para esses estudos. Porém, como identidade narrativa, ela é compreendida como uma representação sempre transitória que se situa entre a história e a ficção e que permite apreender o sujeito na mudança. Trata-se de uma identidade que sofrerá alterações sempre que um novo arranjo narrativo conferir novos significados aos acontecimentos vividos (Ricoeur, 1990/1991, 1985/1997).

Pequenas narrativas autobiográficas escritas por adolescentes surdos foram analisadas por Bisol (2008). Essas narrativas apresentaram dificuldades na escrita que são específicas ao contexto da surdez, como sequenciamento não convencional de palavras, substantivos no lugar de verbos, simplificação, limitação do léxico e dificuldade no uso de preposições, advérbios e verbos (Góes, 1999). Apesar disso, observou-se que os jovens surdos utilizaram elementos narrativos suficientes para transmitir sentido por meio da configuração das narrativas. A análise dos marcadores temporais, da caracterização dos personagens, interações e circunstâncias situou os jovens surdos no mesmo contexto de adolescência no qual se encontram os jovens ouvintes: as vivências em torno da sexualidade se colocam como experimentação, iniciação, dilema, descoberta, sofrimento, prazer. As situações de ruptura relativas à infância geram narrativas que tentam dar conta do desejo, em tentativas de compreender os sentimentos e as experiências. Esse movimento se dá dentro do universo simbólico no qual o jovem está inserido, com suas determinações, proibições e demandas. Por meio de narrativas autobiográficas são feitas negociações entre a identidade pessoal e o que está nos discursos sociais compartilhados, na cultura. O que pertence ao domínio do feminino e do masculino, das proibições, dos mandatos, do desejo, transcende (não elimina) o universo de uma cultura entendida enquanto característica de um grupo minoritário (cultura surda) para se inscrever, simultaneamente, em um universo maior que é o que constitui o ser humano como um ser sexuado.

Trazendo essa perspectiva para o estudo de narrativas autobiográficas sinalizadas, Ohna (2004) desenvolve seu trabalho buscando compreender o desenvolvimento da identidade em pessoas surdas bilingues. Uma análise baseada em autores como Bruner, Ricoeur e Riessman permite-lhe considerar o desenvolvimento da identidade como um processo estreitamente ligado às experiências e inter-relações que, no caso dos surdos, estará sujeito à tensão que existe entre uma política compensatória (a surdez como deficiência) e uma

política cultural da surdez. Ohna procura mostrar como a identidade é algo que precisa ser negociado discursivamente e não pode estar simplesmente amarrada a uma categoria social ou a normas sociais. Defende a ideia de uma perspectiva “pós-cultural”: uma perspectiva que iria além da perspectiva cultural (além do modelo socioantropológico) e que inclui um interjogo entre uma condição individual e uma comunidade cultural. Essa perspectiva, nas palavras do autor, “reconheceria a cultura surda mas também enfatizaria as possibilidades individuais e as responsabilidades em relação a si mesmo”⁵ (Ohna, 2004, p. 32).

Os significados atribuídos à adolescência e às vivências no contexto da surdez também foram analisados a partir de narrativas sinalizadas em Libras por jovens surdos (Bremm & Bisol, 2008). Os narradores realizam, em suas autobiografias, negociações com diferentes referenciais identitários, num interjogo entre o que a comunidade surda lhes oferece, o que a família pode ou não construir ao longo de seu desenvolvimento enquanto sujeito e as marcas que os igualam a qualquer outro adolescente, como a prática de esportes ou o movimento *hip hop*. O período inicial no desenvolvimento da criança, no qual estão em cena os pais ouvintes e suas crianças surdas, é importante, especialmente na condição de que as crianças possam compartilhar as histórias familiares e construir significados para suas trajetórias de vida. Por outro lado, a comunidade surda oferece, no convívio com os pares, um meio importante de acolhimento e de suporte para uma construção identitária positiva do surdo na adolescência.

Breivik (2005) observa que a construção identitária dos surdos precisa ser feita longe da família (em cerca de 95% dos casos, ouvinte), em uma busca por locais de pertencimento que serão encontrados em comunidades surdas. Isso faz com que muitas das autobiografias dos surdos tenham um formato semelhante a um diário de viagem, que geralmente inicia no sentimento de isolamento e na solidão que a maioria dos surdos vivencia, segue através do grande desafio de compreender a si mesmo e encontrar suportes de identificação social e mostra diferentes soluções buscadas pelos surdos diante dos desafios em seus encontros com os ouvintes.

Por outro lado, Breivik (2005) comenta acerca de narrativas de vidas de surdos que se encontram à margem do que atualmente é o discurso “correto” em torno da surdez. São narrativas que alertam para a diversidade que existe dentro das comunidades surdas e que mais dificilmente veem a público. Segundo o autor, não se encontram publicações/divulgações que expressem críticas à comunidade surda e à língua de sinais e que mostrem aspectos “silenciados” no mundo surdo, tais como: crianças que são forçadas a abandonar outras estratégias comunicacionais que não a língua de sinais, discriminação contra surdos *gays*, disputas entre os líderes, fofocas e abuso sexual dentro da comunidade surda.

Considerações Finais

Embora a discussão em torno dos modelos clínico-terapêutico e socioantropológico continue ainda extremamente atual e relevante, percebe-se que outras maneiras de

5 No original, o termo usado é *responsibilities towards oneself*.

pensar e compreender a surdez começam a ser exploradas pelos pesquisadores. Mesmo dentro do modelo socioantropológico se nota que as discussões têm avançado muito nas últimas décadas. Bauman (2008) faz um resumo: no final da década de 1960, as línguas de sinais passaram a integrar o leque das línguas humanas; a década de 1970 testemunhou a emergência da retórica da cultura: aos Surdos devem ser reconhecidos o direito a uma educação e política próprios, bem como o direito de viver de maneira criativa sua relação com o mundo; nas décadas de 1980 e no início da década de 1990, colocou-se com ênfase a necessidade de definir o s/Surdo em um eixo identitário único, porém na segunda metade dessa década, a relação complexa dos surdos com o mundo pôde ser reconhecida (autores passaram a falar de subcultura, microcultura ou ainda, modelo bicultural); ainda na década de 1990, percebem-se tentativas de

ir além da noção de uma identidade cultural autônoma para uma que está mais consciente das diversas maneiras de ser Surdo em uma montagem complexa de fronteiras pois pessoas s/Surdas serão encontradas em cada raça, etnia, tribo, nacionalidade, classe econômica, gênero, orientação sexual e região geográfica. (Bauman, 2008, p. 11)

A psicanálise e os estudos da narrativa também podem, por sua vez, trazer elementos ricos para o cenário das ciências que se dedicam à surdez. Mais do que uma discussão ou polarização entre deficiência e diferença, tanto a psicanálise quanto os estudos da narrativa parecem contribuir com questões próprias que redimensionam a centralidade de alguns conceitos. No primeiro caso, por exemplo, se é a singularidade do sujeito em sua constituição que está em jogo, então não existem respostas que possam ser dadas *a priori* quanto ao melhor modelo educacional ou de comunicação a ser adotado. No segundo caso, se a questão é a construção de sentido, então este será construído e constantemente ressignificado na dialética entre as especificidades de cada um e os significados compartilhados culturalmente em um determinado momento histórico.

Precisamos constantemente renovar nossos modelos e inventar novas perspectivas de análise. De um modo bastante provocativo, Davis (2008) afirma que se a deficiência não é um rótulo adequado para os surdos, talvez as denominações de minoria, etnicidade, mundos exclusivos, também não sejam, pois não se adequam às formas flexíveis e não-hierárquicas de ser que emergem no mundo contemporâneo.

Referências

- Altshuler, K. Z. (1977). Evolución social y psicológica del niño sordo: Problemas y tratamiento. Em P. J. Fine (Org.), *La sordera en la primeira y segunda infancia* (pp. 51-68). Buenos Aires: Médica Panamericana.
- Bahan, B. (2008). Upon the formation of a visual variety of the human race. Em H-Dirksen L. Bauman (Org.), *Open your eyes: Deaf studies talking* (pp. 83-99). Minneapolis: University of Minnesota.
- Bailey, D., Lenclave, M-B. de C., & Lauwerier, L. (2003). Déficience auditive et troubles psychopathologiques chez l'enfant et l'adolescent: Revue de la littérature récente. *L'Encéphale*, 23, 329-337.
- Bauman, H-D. L. (2004). Audism: Exploring the metaphysics of oppression. *Journal of Deaf Studies and Deaf Education*, 9, 239-246.
- Bauman, H-D. L. (2008). Introduction: Listening to deaf studies. Em H-Dirksen L. Bauman (Org.), *Open your eyes: Deaf studies talking* (pp. 1-34). Minneapolis: University of Minnesota.
- Bisol, C. A. (2008). *Adolescer no contexto da surdez*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Breivik, J-K. (2005). *Deaf identities in the making*. Washington, DC: Gallaudet University.
- Bremm, E. S., & Bisol, C. A. (2008). Sinalizando a adolescência: narrativas de adolescentes surdos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 28, 272-287.
- Colin, D. (1980). *Psicología del niño sordo*. Barcelona: Toray-Masson.
- Courser, T. G. (1997). *Recovering bodies: Illness, disability, and life writing*. Madison: University of Wisconsin.
- Davis, L. (1995). *Enforcing normalcy: Disability, deafness, and the body*. New York: Verso.
- Davis, L. (2008). Postdeafness. Em H-Dirksen L. Bauman (Org.), *Open your eyes: Deaf studies talking* (pp. 314-236). Minneapolis: University of Minnesota.
- Góes, M. C. R. (1999). *Linguagem, surdez e educação* (2ª ed). Campinas: Autores Associados.
- Hindley, P. A. (2005). Mental health problems in deaf children. *Current Pediatrics*, 15, 114-119.
- Johnstone, D. (2001). *An introduction to disability studies*. London: David Fulton.
- Keller, H. (1990). *The story of my life*. New York: Bentam Books. (Trabalho original publicado em 1902)
- Laborit, E. (1994). *O voo da gaivota*. (L. de Oliveira, Trad.) São Paulo: Best Seller. (Trabalho original publicado em 1993)
- Lane, H. (2008). Do deaf people have a disability? Em H-Dirksen L. Bauman (Org.), *Open your eyes: Deaf studies talking* (pp. 277-292). Minneapolis: University of Minnesota.
- Martins, R. V. (2004). Identificação, exclusão e língua de sinais. Em A. S. Thoma & M. C. Lopes (Orgs.), *A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação* (pp. 191-207). Santa Cruz do Sul: Edunisc.
- Meadow-Orlans, K. (1990). Research on developmental aspects of deafness. Em D. F. Moores & K. P. Meadow-Orlans (Orgs.), *Educational and developmental aspects of deafness* (pp. 283-298). Washington, DC: Gallaudet University.
- Meynard, A. (1993). Un enfant est sourd. *Psychanalyses*, 46-47, 135-154.
- Nunes, L. M. (2004). *A escrita em gesto: um caso de surdez*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Ohna, S. E. (2004). Deaf in my own way: Identity, learning and narratives. *Deafness and Educational International*, 6, 20-38.
- Perlin, G. T. (2004). O lugar da cultura surda. Em A. S. Thoma & M. C. Lopes (Orgs.), *A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação* (pp. 73-82). Santa Cruz do Sul: Edunisc.

Polkinghorne, D. E. (1988). *Narrative knowing and the human sciences*. Albany: State University of New York.

Pollard, R. Q. (1998). Psychopathology. Em M. Marschark & D. Clark (Orgs.), *Psychological perspectives on deafness, Vol. 2* (pp. 171-195). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.

Quadros, R. M., & Sutton-Spence, R. (2006). Poesia em língua de sinais: traços da identidade surda. Em R. M. Quadros (Orgs.), *Estudos surdos I* (pp. 110-165). Petrópolis: Arara Azul.

Ricoeur, P. (1991). *O si-mesmo como um outro* (C. M. César, Trad.). Campinas: Papirus. (Trabalho original publicado em 1990)

Ricoeur, P. (1994). *Tempo e narrativa. Tomo I* (C. M. Cesar, Trad.). Campinas: Papirus. (Trabalho original publicado em 1983)

Ricoeur, P. (1997). *Tempo e narrativa. Tomo III* (R. L. Ferreira, Trad.). São Paulo: Papirus. (Trabalho original publicado em 1985)

Riessman, C.K. (2002). Analysis of personal narratives. Em J. F. Gubrium & J. A. Holstein (Orgs.), *Handbook of interviewing* (pp. 695-710). Thousand Oaks: Sage.

Schlesinger, H. S. (2000). A developmental model applied to problems of deafness. *Journal of Deaf Studies and Deaf Education*, 5, 349-361.

Schorn, M. E. (1997). *El niño y el adolescente sordo: Reflexiones psicoanalíticas*. Buenos Aires: Lugar.

Shakespeare, T. (2000). *Disabled sexuality: Towards rights and recognition*. Retirado em 25/05/2005, de <http://www.bentvoices.org/culturecrasch/shakespeare.htm>.

Skliar, C. (1997). Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. Em C. Skliar (Org.), *Educação & exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial* (pp. 105-153). Porto Alegre: Mediação.

Skliar, C. (1998). Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. Em C. Skliar (Org), *A surdez: um olhar sobre as diferenças* (pp. 7-32). Porto Alegre: Mediação.

Solé, M. C. (2004). A surdez e a Psicanálise: O que é dito. Em A. S. Thoma & M. C. Lopes (Orgs.), *A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação* (pp. 208-232). Santa Cruz do Sul: Edunisc.

Squire, C. (2005). Reading narratives. *Group Analysis*, 38, 91-107.

Thoua, Y. (2003). La surdit  au chant du signe. *Cahiers de psychologie clinique*, 20, 203-215.

Vernon, M. (2005). Fifty years of research on the intelligence of deaf and hard-of-hearing children: A review of literature and discussion of implications. *Journal of Deaf Studies and Deaf Education*, 10, 225-231. (Trabalho original publicado em 1965)

Virole, B. (2001). *Développement psychologique de l'enfant sourd: Moments critiques*. Retirado em 16/01/2004, de www.benoitvirole.com.

Wallis, D., Musselman, C., & MacKay, S. (2004). Hearing mothers and their deaf children: The relationship between early, ongoing mode match and subsequent mental health functioning in adolescence. *Journal of Deaf Studies and Deaf Education*, 9, 2-14.

Recebido em 09.10.08

Aceito em 23.06.09 ■

**XI ENCONTRO DE PESQUISADORES EM SAUDE MENTAL
E ESPECIALISTAS EM ENFERMAGEM PSIQUIATRICA**

Período: 7 a 9 de junho de 2010

Local: Ribeirão Preto-SP